

REUNIÃO DO CONSELHO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA DO TRE-MG

Data / Horário	20 de novembro de 2019 Início: 14h30 Término: 15h30
Local	Sala de Sessões
Pauta	I. Prêmio CNJ de Qualidade 2019
Participantes	<p>Membros:</p> <p>Desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima (Presidente) Dra. Roberta Rocha Fonseca (Juíza Auxiliar da Presidência) Dr. Joemílson Donizetti Lopes (Juiz Auxiliar da Corregedoria) Adriano Denardi Júnior (Diretor-Geral) Ana Carolina Silva Costa (SOF) Annelise Barbosa Duarte Viana (SGI) Heleno Ribeiro de Melo Oliveira (SGA - substituto) Luiz Otávio Vial (SGS) Marco Aurélio Neto (SJU) Maria da Glória Araújo (SGP) Raquel Vieira Botelho (STI)</p> <p>Convidados:</p> <p>Dr. Nicolau Lupianhes Neto – Juiz membro da Corte Eleitoral Dr. Marcelo Vaz Bueno – Juiz membro da Corte Eleitoral Adriana Fátima de Rezende Teixeira – (GPRES) Breno Murari Magnani Machado – (SEPLE) Cláudia Matosinhos de Andrade (AESP) Graziela Regina da Silva (CGE) Renata Couto Lessa Lima (CCI)</p> <p>Secretaria do Conselho e participante constante: Flávio Augusto Nannetti Caixeta (CGE/Secretário do CGGE) Rogério Bernardes de Faria Tavares (CCS)</p>

I – Abertura dos trabalhos

O Presidente do TRE-MG, Desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima, deu início à reunião do Conselho de Governança e Gestão Estratégica – CGGE – agradecendo a participação dos magistrados e servidores presentes no encontro e passou a palavra ao Diretor-Geral, Adriano Denardi Júnior, que salientou que o objetivo seria repassar informações sobre o Prêmio CNJ de Qualidade 2019, cujos critérios haviam sido longamente detalhados por ocasião da última reunião deste Conselho, ocorrida em 14 de agosto de 2019, a partir da apresentação de panorama das possíveis pontuações a serem atingidas pelo TRE/MG juntamente com as respectivas projeções de resultados, criando um quadro com o que se poderia esperar como premiação no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Flávio Caixeta, Coordenador de Gestão Estratégica, iniciou a explanação apresentando os conceitos estabelecidos para o Prêmio CNJ de Qualidade 2019. Ressaltou que é importante entender, além de qualquer dos critérios analisados, que a posição da Justiça Eleitoral no XIII Encontro do Poder Judiciário, visto que somos uma justiça especializada com uma peculiaridade no que tange ao grande volume de atividades administrativas, deve pressupor uma diferença considerável em relação aos demais ramos do Poder Judiciário. Nesse momento, por exemplo, enquanto o foco da Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Militar continua assentado sobre a produtividade dos julgamentos, a Justiça Eleitoral está direcionando todos os seus esforços para o cumprimento das metas relativas à biometria e para a elaboração e acompanhamento do planejamento das eleições 2020, itens cujo desempenho não é considerado para efeitos de pontuação no Prêmio CNJ de Qualidade. Como os recursos orçamentários, de pessoas, de estrutura física e de informática são os mesmos para todas as tarefas, o gestor máximo da Justiça Eleitoral acaba enfrentando um dilema em relação ao direcionamento estabelecido pelo CNJ pois precisa ser capaz de, equilibrando as demandas, chegar aos resultados esperados, não só para aquele Conselho, como também para os fins do próprio TRE-MG.

Lembrou que o Conselho Nacional de Justiça promoveu mudanças nas regras que regem o Prêmio CNJ de Qualidade, estabelecendo uma pontuação relativa comparada entre tribunais, criando rankings divididos em quartis, onde estariam listados tribunais em sequência decrescente dos valores alcançados, com regras de corte quantitativas, ou seja, somente determinado número de participantes ficaria em determinado quartil, ainda que os níveis de cumprimento de metas tenham sido atingidos. Explicando melhor, afirmou que não basta que um tribunal alcance 100% das metas estabelecidas. A sua colocação será estabelecida pela comparação relativa entre os resultados de todos os demais tribunais. Se vários atingirem mais de 100%, o ranking comparativo também aumenta proporcionalmente, podendo excluir tribunal que tenha cumprido uma meta, mas não tenha ultrapassado seu percentual de cumprimento em valores suficientes para mantê-lo no ranking. Essa inovação acirrou muito a competição entre os tribunais.

O Desembargador Rogério Medeiros enfatizou que embora sejamos uma justiça peculiar iremos nos esforçar e fazer o que for possível para alcançar uma boa pontuação.

Nesse sentido, Flávio Caixeta disse que o tribunal está se empenhando bastante, inclusive com a criação do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau de Jurisdição no Âmbito da Justiça Eleitoral de Minas Gerais, resultado do esforço realizado pelo próprio Presidente, que se envolveu nessa tarefa, com o apoio da Coordenadoria de Gestão Estratégica, diante do prazo muito exíguo determinado pelo CNJ para apuração específica deste item. Espera-se, nesse caso, obter a pontuação máxima estabelecida para esse quesito. Dentre outras iniciativas, destaca-se a preocupação com a sustentabilidade, a identificação de seção para dar apoio ao funcionamento da Comissão de Acessibilidade e a determinação de novo gerente de projeto relativo a melhoria dos padrões de transparência estabelecidos por aquele Conselho. Passou a palavra para o chefe da Seção de Planejamento e Estatística, Breno Machado.

Breno Machado começou a explanação lembrando os 03 (três) eixos temáticos que serão avaliados no Prêmio CNJ e os 19 quesitos aplicáveis à Justiça Eleitoral. O eixo governança é o que possui mais itens a serem avaliados, 12 itens, que somam 290 pontos e representam 36,25% da pontuação total. O eixo produtividade possui 04 (quatro) quesitos avaliados, somando 170 pontos e representando 21,25% da pontuação total. Por fim, o critério transparência e informação detém apenas 03 (três) itens, mas é o eixo que mais pontua, somando 340 pontos, que representam 42,50% dos pontos totais.

Detalhou, ainda, as categorias de premiação às quais este Tribunal estará concorrendo neste ano, sendo elas:

- I. Prêmio Excelência: somente neste prêmio é que não há concorrência entre os tribunais. Todos que conseguirem a pontuação estipulada, no caso do TER/MG 760 pontos, recebem o prêmio.
- II. Prêmio Melhor do Ano 2019, categoria Justiça Eleitoral.
- III. Prêmio CNJ de Qualidade, categoria Diamante: Até 9 tribunais.
- IV. Prêmio CNJ de Qualidade, categoria Ouro: Até 22 tribunais.
- V. Prêmio CNJ de Qualidade, categoria Prata: Até 28 tribunais.

Ressaltou, após análise, que no máximo 59 Tribunais serão premiados no Prêmio CNJ de Qualidade 2019 e, no mínimo, 31 não receberão nenhuma gratificação.

II – Eixo Governança

Breno Machado apresentou os itens do eixo governança com um panorama da situação atual do tribunal. Demonstrou a pontuação máxima de cada quesito, de acordo com o CNJ, e procedeu uma projeção de dois cenários possíveis relativos a pontuação que poderia ou não ser atingida pelo TRE-MG. Dessa forma, estabeleceu a simulação do pior e do melhor cenário, conforme pode ser visto abaixo.

Inciso	Assunto	Pontuação total	TRE-MG Pior Cenário	TRE-MG Melhor Cenário
I	Núcleo de Estatística (Res. nº 49/2007)	10	10	10
II	Realização das RAEs (três reuniões)	10	10	10
III	Comitê de priorização do 1º Grau	10	0	10
VI	Índice de Processos Eletrônicos	25	0	0
VII	Índice de governança em TI	50	20	20
VIII	Gestão participativa (Res. nº 221/2016)	30	30	30
IX	Socioambiental (Res. nº 201/2015)	45	22	25
X	Acessibilidade (Res. nº 230/2016)	15	10	15
XI	Atenção à saúde dos servidores (Res. nº 207/2015)	25	15	25
XII	Atendimento ao Cidadão Ouvidoria	20	20	20
XIII	Realização do Curso EAD do CNJ	40	0	10
XV	Participação Feminina	10	0	10
TOTAL DO EIXO GOVERNANÇA		290	137	185
% DO EIXO GOVERNANÇA		36,25%	17,13%	23,13%

Do total de pontos distribuídos no eixo governança (290), no pior cenário o TRE/MG alcançaria 137 pontos e no melhor cenário 185 pontos.

Quanto ao quesito XIII do eixo governança, realização do curso à distância - EAD do CNJ-, Flávio Caixeta destacou que, embora sejam reconhecidos os esforços realizados por diferentes áreas da Casa no sentido da divulgação do referido curso, a dificuldade de se alcançar uma pontuação alta restou de difícil transposição visto que o curso foi disponibilizado em julho para conclusão em agosto.

Dra. Roberta Fonseca ressaltou que houve grande empenho para se alcançar uma boa pontuação e que ela mesma ligou para cada juiz como forma de sensibilizar e pedir adesão.

II – Eixo Produtividade

Breno Machado apresentou os itens do eixo produtividade com um panorama da situação atual do tribunal. Demonstrou a pontuação máxima de cada quesito, de acordo com o CNJ, e procedeu uma projeção de dois cenários possíveis relativos a pontuação que poderia ou não ser atingida pelo TRE-MG. Dessa forma, estabeleceu a simulação do pior e do melhor cenário, conforme pode ser visto abaixo.

Inciso	Assunto	Pontuação total	TRE-MG Pior Cenário	TRE-MG Melhor Cenário
II	Reduzir a taxa de congestionamento líquida	50	0	50
III	Tempo médio de duração dos processos pendentes	50	0	0
V	Cumprimento das metas nacionais	20	0	0
VI	Julgar os processos antigos	50	0	30
TOTAL DO EIXO PRODUTIVIDADE		170	0	80
% DO EIXO PRODUTIVIDADE		21,25%	0,00%	10,00%

Do total de pontos distribuídos nesse eixo (170), no pior cenário o TRE/MG não pontuaria e no melhor cenário alcançaria 80 pontos.

Desembargador Rogério Medeiros acenou a possibilidade de se forjar um acompanhamento dos volumes de julgamento de maneira mais próxima aos magistrados, com a identificação de processos e as respectivas metas as quais se encontram vinculados

Dra. Roberta Fonseca lembrou que havia um programa de acompanhamento de julgamentos pela Presidência, realizado pelo Juiz Auxiliar, a partir de mapas processuais de cada um dos Gabinetes dos Magistrados, que talvez pudesse trazer algum esclarecimento sobre os índices apresentados nesse quesito

Dr. Nicolau pontuou que o maior número de julgamentos é de prestação de contas. Que pode estar havendo um fator dificultador no processo, principalmente nas áreas técnicas, e que não se pode atribuir somente à Corte a baixa produtividade identificada nos indicadores e metas ora apresentados.

III – Eixo Qualidade e Transparência

Breno Machado apresentou os itens do eixo qualidade e transparência com um panorama da situação atual do tribunal. Demonstrou a pontuação máxima de cada quesito, de acordo com o CNJ, e procedeu uma projeção de dois cenários possíveis relativos a pontuação que poderia ou não ser atingida pelo TRE-MG. Dessa forma, estabeleceu a simulação do pior e do melhor cenário, conforme pode ser visto abaixo.

Inciso	Assunto	Pontuação total	TRE-MG Pior Cenário	TRE-MG Melhor Cenário
I	Justiça em números e módulo produtividade mensal	50	0	30
II	Envio dos dados no padrão MNI (XML)	200	0	200
IV	Ranking da Transparência	90	70	70
TOTAL DO EIXO QUALIDADE E TRANSPARÊNCIA		340	70	300
% DO EIXO QUALIDADE E TRANSPARÊNCIA		42,50%	8,75%	37,50%

Do total de pontos distribuídos nesse eixo (340), no pior cenário o TRE/MG alcançaria 70 pontos e no melhor cenário 300 pontos.

Raquel Botelho mencionou, quanto ao quesito ranking da transparência, que a Coordenadoria de Gestão da Informação está trabalhando junto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e que a tendência é aprimorarmos e conseguirmos boa pontuação.

IV – Consolidação – Possibilidade de premiação TRE/MG

Breno Machado apresentou um quadro consolidando as informações e trazendo os cenários possíveis de premiação para o TRE/MG no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, a saber:

- Pior cenário: Não haveria premiação tendo em vista que não alcançaria o percentual mínimo de 50%. No pior cenário o TRE/MG alcançaria 25,88% dos pontos.
- Categoria Diamante: a possibilidade de premiação existe, porém é bem pequena, já que o tribunal ficaria bem próximo ao mínimo exigido por esta categoria e haveria a comparação entre os tribunais.
- Categoria Ouro: Existe a possibilidade de ganhar desde que esteja entre os 31 melhores.
- Categoria Prata: Existe a possibilidade de ganhar desde que esteja entre os 59 melhores.

Adriano Denardi destaca que este comparativo é importante e prepara o Presidente para o que pode acontecer durante o XIII Encontro do Poder Judiciário Nacional.

IV – Metas CNJ 2020

Flávio Caixeta apresentou outro tema que será foco no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário: a votação das metas do CNJ para 2020.

Flávio explica que há grande probabilidade de se manter as metas nacionais 1, 2 e 4, quais sejam:

- 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente
- 2 - Identificar e julgar até 31/12/2020, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018
- 4 - Identificar e julgar, até 31/12/2020, 90% dos processos referentes às Eleições de 2018, distribuídos até 31/12/2019, que possam importar na perda de mandato eletivo.

Quanto as metas específicas para a Justiça eleitoral, Flávio Caixeta explica que há tendência de manutenção da meta específica 2, a saber:

- 2 - Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar o conhecimento sobre o funcionamento do processo eleitoral.

Há também proposta para inclusão de duas novas metas nacionais e uma meta específica para a Justiça Eleitoral:

- Meta nacional – Integrar o Poder Judiciário aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030
- Meta Nacional – Promover pelo menos uma ação com vistas à reduzir a incidência de casos de uma das 5 doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de um das 5 maiores causas de absenteísmo no ano anterior.
- Meta Específica - Fomentar a participação feminina no processo eleitoral.

Flávio Caixeta ressalta que, de acordo com acompanhamento, realizado por meio dos grupos de Coordenadores de Gestão Estratégica dos TREs, dos temas que estarão sujeitos à votação no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, há uma tendência à manutenção das metas nacionais 1, 2 e 4 e da meta específica 2. Quanto às duas sugestões de novas metas nacionais, relativas à ODS e à prevenção da saúde dos magistrados e servidores, existe um posicionamento que entende, considerando que o próximo ano será eleitoral, que essas metas estariam fora do foco e do objetivo principal da Justiça Eleitoral, podendo gerar concorrência de recursos, cada vez mais escassos, dentro dos próprios tribunais. Quanto à meta da participação feminina, não há uma tendência perceptível.

V – Estratégia Nacional do Poder Judiciário

Mais um tema que será objeto do XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário será a proposta de revisão da estratégia Nacional do Poder Judiciário para os anos 2021-2026:

Missão 2015-2020: “Realizar Justiça”

Descrição – Fortalecer o Estado Democrático e fomentar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, por meio de uma efetiva prestação jurisdicional.

Proposta Missão 2021-2026: “Fortalecer o Estado Democrático e fomentar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, por meio de uma efetiva prestação jurisdicional”

Visão 2015-2020: “Ser reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social. ”

Descrição – Ter credibilidade e ser reconhecido como um Poder célere, acessível, responsável, imparcial, efetivo e justo, que busca o ideal democrático e promove a paz social, garantindo o exercício pleno dos direitos de cidadania.

Proposta Visão 2021-2026: “Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do País”

Valores 2015-2020: Credibilidade, Celeridade, Modernidade, Acessibilidade, Imparcialidade, Transparência e Controle Social, Ética, Responsabilidade Social e Ambiental e Probidade.

Proposta Valores 2021-2026: Credibilidade, Agilidade, Inovação, Acessibilidade, Imparcialidade, Transparência e Controle Social, Ética, Integridade, Responsabilidade socioambiental, Eficiência e Segurança Jurídica.

V – Encerramento

O Presidente, Desembargador Rogério Medeiros, encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e enfatizando a importância de permanecermos engajados para que os resultados satisfatórios sejam alcançados.

Disse, ainda, que estará na linha de frente do tribunal buscando cumprir o que for definido em Maceió, durante o XIII Encontro do Poder Judiciário Nacional, sempre em busca do melhor resultado possível apesar de toda discrepância entre os tribunais.

REUNIÃO DO CONSELHO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

CGGE - 03/2019



Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

20 de novembro de 2019

Sumário:

- **XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário**
 - **Prêmio CNJ de Qualidade**
 - **Metas Nacionais 2020**
 - **Revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026**



XIII ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

- Previsto na Resolução CNJ nº 198/2014.
- Ocorrerá em 25 e 26 de novembro, em Maceió/AL.
- Participantes: presidentes dos tribunais, integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, responsáveis pela área de Gestão Estratégica e servidores da área de estatística.
- Pauta:
 - Premiação dos tribunais no [Prêmio CNJ de Qualidade](#);
 - Aprovação das [Metas](#) nacionais e específicas do Judiciário para 2020;
 - Aprovação dos [Macrodesafios](#) do Poder Judiciário 2021-2026.

PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

2019





Prêmio CNJ de Qualidade

- Estimula os tribunais brasileiros na busca pela **EXCELÊNCIA** em gestão e planejamento; organização administrativa e judiciária; sistematização e disseminação das informações e produtividade.
- Regras deste ano estão na Portaria CNJ nº 88/2019.
- Alteração substancial do formato do concurso anterior – Selo Justiça em Números: mais rigor e critérios.
- **19 quesitos** aplicáveis à Justiça Eleitoral, divididos em **três eixos**, somando **800 pontos**:

Eixo	Nº de quesitos	Pontos distribuídos	% do Total Geral
Governança	12	290	36,25%
Produtividade	4	170	21,25%
Qualidade e Transparência	3	340	42,50%
Total Justiça Eleitoral	19	800	100,00%



Prêmio CNJ de Qualidade

Prêmios distribuídos:

Prêmio	Condição
Excelência	Todos que alcançarem pelo menos 95% dos pontos . No caso dos TRE's, mínimo de 760 pontos .
Melhor do Ano	Será dada aos Tribunais com maior pontuação no seu segmento de Justiça.
Qualidade Diamante	Até 9 Tribunais com melhor pontuação (1º ao 9º) dentre os 90, com percentual mínimo de 70% . No caso dos TRE's, mínimo de 560 pontos .
Qualidade Ouro	Até 22 Tribunais (10º ao 31º) dentre os 90, com percentual mínimo de 60% . No caso dos TRE's, mínimo de 480 pontos .
Qualidade Prata	Até 28 Tribunais (32º ao 59º) dentre os 90, com percentual mínimo de 50% . No caso dos TRE's, mínimo de 400 pontos .

- No Prêmio Qualidade, no máximo, 59 Tribunais serão premiados e, no mínimo, 31 Tribunais não receberão nenhuma premiação.



Prêmio CNJ de Qualidade



EIXO GOVERNANÇA – Art. 6º:

Inciso	Assunto	Pontuação total	TRE-MG Pior Cenário	TRE-MG Melhor Cenário	Observações
I	Núcleo de Estatística (Res. nº 49/2007)	10	10	10	-
II	Realização das RAEs (três reuniões)	10	10	10	-
III	Comitê de priorização do 1º Grau	10	0	10	Aguarda avaliação pelo CNJ sobre as reuniões realizadas
VI	Índice de Processos Eletrônicos	25	0	0	-
VII	Índice de governança em TI	50	20	20	Igov TI = 0,66 (Satisfatório)
VIII	Gestão participativa (Res. nº 221/2016)	30	30	30	-
IX	Socioambiental (Res. nº 201/2015)	45	22	25	No quesito copos, podemos ganhar 7 ou 10 pontos.
X	Acessibilidade (Res. nº 230/2016)	15	10	15	Unidade Administrativa vale 5 pontos (designada AESP)
XI	Atenção à saúde dos servidores (Res. nº 207/2015)	25	15	25	Ações valem 10 pontos. Depende da avaliação do CNJ.
XII	Atendimento ao Cidadão Ouvidoria	20	20	20	-
XIII	Realização do Curso EAD do CNJ	40	0	10	CNJ ainda não divulgou números. Supõe-se participação de até 10% dos servidores.
XV	Participação Feminina	10	0	10	Ações valem 10 pontos. Depende da avaliação do CNJ.
TOTAL DO EIXO GOVERNANÇA		290	137	185	-
% DO EIXO GOVERNANÇA		36,25%	17,13%	23,13%	-



Prêmio CNJ de Qualidade



EIXO PRODUTIVIDADE – Art. 7º:

Inciso	Assunto	Pontuação total	TRE-MG Pior Cenário	TRE-MG Melhor Cenário	Observações
II	Reduzir a taxa de congestionamento líquida	50	0	50	A depender da fórmula de cálculo a ser utilizada pelo CNJ.
III	Tempo médio de duração dos processos pendentes	50	0	0	Nosso tempo está acima dos quartis 1 e 2 em relação aos demais tribunais eleitorais.
V	Cumprimento das metas nacionais	20	0	0	Meta 1 não cumprida. Meta 2 cumprida, mas não está no quartil para pontuação.
VI	Julgar os processos antigos	50	0	30	Não é possível saber. Apuração via arquivos XML.
TOTAL DO EIXO PRODUTIVIDADE		170	0	80	
% DO EIXO PRODUTIVIDADE		21,25%	0,00%	10,00%	



Prêmio CNJ de Qualidade



EIXO QUALIDADE E TRANSPARÊNCIA – Art. 8º:

Inciso	Assunto	Pontuação total	TRE-MG Pior Cenário	TRE-MG Melhor Cenário	Observações
I	Justiça em números e módulo produtividade mensal	50	0	30	Pode haver ainda alguma divergência e penalidade
II	Envio dos dados no padrão MNI (XML)	200	0	200	Inconsistências corrigidas pelo Painel de Replicação, mas pode haver ainda alguma penalidade
IV	Ranking da Transparência	90	70	70	Índice TRE-MG: 72,95%
TOTAL DO EIXO QUALIDADE E TRANSPARÊNCIA		340	70	300	
% DO EIXO QUALIDADE E TRANSPARÊNCIA		42,50%	8,75%	37,50%	



Prêmio CNJ de Qualidade



CONSOLIDAÇÃO – POSSIBILIDADE DE PREMIAÇÃO TRE-MG:

EIXO	Pontuação total	TRE-MG Pior Cenário	TRE-MG Melhor Cenário
Governança	290	137	185
Produtividade	170	0	80
Qualidade e Transparência	340	70	300
TOTAL DO PRÊMIO	800	207	565

Pontuação total %	TRE-MG Pior Cenário %	TRE-MG Melhor Cenário %
36,25%	17,13%	23,13%
21,25%	0,00%	10,00%
42,50%	8,75%	37,50%
100%	25,88%	70,63%

↓
Não haveria premiação, tendo em vista que não alcançaria percentual mínimo de 50%

- Diamante: pequena possibilidade
- Ouro: possibilidade de ganhar desde esteja entre os 31 melhores
- Prata: possibilidade desde que esteja entre os 59 melhores

METAS CNJ

2020





Metas Nacionais 2020



METAS CNJ 2020- PROPOSTAS EM DISCUSSÃO:

Manutenção das metas nacionais 1, 2 e 4

- 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente
- 2 - Identificar e julgar até 31/12/2020, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018
- 4 - Identificar e julgar, até 31/12/2020, 90% dos processos referentes às Eleições de 2018, distribuídos até 31/12/2019, que possam importar na perda de mandato eletivo

Manutenção da meta específica 2

- Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar o conhecimento sobre o funcionamento do processo eleitoral.

Inclusão de novas metas

- Meta nacional – Integrar o Poder Judiciário aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030
- Meta Nacional – Promover pelo menos uma ação com vistas à reduzir a incidência de casos de uma das 5 doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de um das 5 maiores causas de absenteísmo no ano anterior.

Meta específica Justiça Eleitoral

- Fomentar a participação feminina no processo eleitoral.

ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

2021-2026





MISSÃO

Missão 2015-2020:

“Realizar Justiça”

Descrição – Fortalecer o Estado Democrático e fomentar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, por meio de uma efetiva prestação jurisdicional.

Proposta Missão 2021-2026

“Fortalecer o Estado Democrático e fomentar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, por meio de uma efetiva prestação jurisdicional”



VISÃO

Visão 2015-2020:

“Ser reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social.”

Descrição – Ter credibilidade e ser reconhecido como um Poder célere, acessível, responsável, imparcial, efetivo e justo, que busca o ideal democrático e promove a paz social, garantindo o exercício pleno dos direitos de cidadania.

Proposta Visão 2021-2026

“Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do País”



VALORES

Valores 2015-2020
9 atributos:

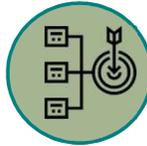
Credibilidade
Celeridade
Modernidade
Acessibilidade
Imparcialidade
Transparência e Controle Social
Ética
Responsabilidade Social e Ambiental
Probidade

Proposta Valores 2021-2026
11 atributos:

Credibilidade
Agilidade
Inovação
Acessibilidade
Imparcialidade
Transparência e Controle Social
Ética
Integridade
Responsabilidade socioambiental
Eficiência
Segurança Jurídica

Legenda:

Azul: Mantidos / **Roxo:** Substituídos por similar / **Vermelho:** Excluído / **Verde:** Novos



MACRODESAFIOS

Perspectiva	Macrodesafios 2015-2020	Macrodesafios Proposta 2021-2026
Sociedade	Garantia dos direitos de cidadania	Garantia dos direitos fundamentais
	Efetividade da prestação jurisdicional	Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais
		Fortalecimento da atuação institucional do Judiciário com demais Poderes, instituições e perante à sociedade
Processos internos	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
	Adoção de soluções alternativas de conflito	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos
	Combate à corrupção e à improbidade administrativa	Consolidação do sistema de Precedentes Obrigatórios
	Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas	Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas
	Aprimoramento da gestão da justiça criminal	Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal
	Fortalecimento da segurança do processo eleitoral	Fortalecimento do processo eleitoral (conforme definição tomada no último COPTREL, será solicitada a exclusão deste macrodesafio)
	Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	Aperfeiçoamento da administração e governança judiciária
Recursos	Melhoria da gestão de pessoas	Fortalecimento da Política Nacional de Gestão de Pessoas
	Aperfeiçoamento da gestão de custos	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
	Instituição da governança judiciária	Aperfeiçoamento da Política de Sustentabilidade
	Melhoria da infraestrutura e governança de TIC	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de proteção de dados

Avaliar retorno para a perspectiva original



Legenda: Azul: Mantidos integralmente / Cinza: Substituídos por similar, reescritos / Vermelho: Excluído ou solicitada a exclusão / Verde: Novos / Laranja: Alteração da Perspectiva